

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA ON-LINE VS. OFF-LINE NO BRASIL

NUNO COIMBRA MESQUITA E
STEFANIA LAPOLLA CANTONI

INTRODUÇÃO

A participação política é uma dimensão crucial dos sistemas democráticos. A qualidade da democracia é alta quando se observa que em um país há intensa participação dos cidadãos, não só pelo voto, mas também por meio de diversas outras formas, como participando na vida dos partidos, em organizações da sociedade civil, na discussão de políticas públicas, monitorando a conduta de agentes políticos, etc. (Diamond & Morlino, 2005). No Brasil, entretanto, exceção feita à participação eleitoral,¹ os índices de outras formas de engajamento cívico são preocupantemente baixos, em geral não atingindo mais que 10% dos cidadãos (“Brasil, 25 anos de democracia”, 2014). As novas mídias digitais e o crescimento da internet, não obstante, renovaram os repertórios de participação. Ao menos potencialmente, esses novos meios diminuem os custos do engajamento cívico em termos de tempo e esforço. Além disso, têm a capacidade de aumentar a comunicação entre cidadãos e organizações sociais ou autoridades políticas.

As novas tecnologias, ainda que potencialmente revigoradoras dos mecanismos de participação, ainda não foram devidamente exploradas pela literatura no Brasil. A literatura internacional tem produzido análi-

1 Com o voto sendo obrigatório no Brasil, há que se avaliar essa alta participação com cautela, inclusive pelo número considerável de votos brancos e nulos (Moisés, 2013). Ver discussão em Arbache, capítulo 2.

ses otimistas, que acreditam que as mídias digitais podem servir para informar, organizar e engajar os indivíduos mais marginalizados do sistema político (Norris, 2002). Por outro lado, também há interpretações mais céticas, onde a avaliação é que os meios eletrônicos representam – na verdade – um recurso adicional que reforça o ativismo daqueles grupos *já* engajados no sistema (Margolis & Resnick, 2000). A partir desta perspectiva, os meios digitais teriam um aspecto potencialmente negativo, ao aprofundar a diferença entre os que têm recurso para participar e os que não têm (Best & Krueger, 2005).

Desse modo, mais do que avaliar o potencial do uso da internet para o engajamento cívico (ver, neste sentido, capítulo 3 de Mesquita), importa investigar a própria *participação* pela internet, e as possíveis particularidades que apresentam em relação às formas tradicionais de participação. O objetivo desse artigo, portanto, é explorar as diferenças entre a participação *on-line* e a *off-line*, e as diferentes associações que podem ter com a percepção que os cidadãos têm sobre as instituições representativas. O capítulo discute inicialmente a questão da participação política como elemento essencial da qualidade da democracia. Em seguida, apresentam-se os estudos sobre participação e internet, e as diferentes perspectivas que fornecem em relação ao papel dos meios eletrônicos. A análise dos dados (survey “Brasil, 25 anos de Democracia” 2014²) primeiramente compara o perfil dos que participam *on-line*, com os que participam *off-line*, para depois avaliar como se associam essas formas de engajamento a atitudes em relação às instituições democráticas. Finalmente, apresentam-se as conclusões iniciais sugeridas pelo estudo.

1. PARTICIPAÇÃO POLÍTICA, QUALIDADE DA DEMOCRACIA E NOVOS REPERTÓRIOS

A participação política constitui-se como elemento crucial dos sistemas democráticos. Nenhuma democracia pode negar o direito formal à participação a todos os membros adultos da comunidade política. Para uma democracia de qualidade, entretanto, a mera garantia formal desse

2 Coordenado pelo Professor José Álvaro Moisés e desenvolvido pelo Nupps/USP, com apoio da pró reitoria de pesquisa da USP e da Fapesp.

exercício é insuficiente, sendo necessário também garantir que todos os cidadãos de fato sejam capazes de usar esse direito de influenciar o processo decisório mediante diversas formas de ativismo cívico (Diamond e Morlino, 2004).

Dessa forma, a participação política constitui-se como uma das dimensões da qualidade da democracia, cujos estudos se intensificaram após a terceira onda de democratização e também após sinais de descontentamento com o desempenho das democracias mais antigas. Analiticamente, o conceito de participação política está relacionado com a cultura política, que enfatiza aspectos como valores políticos e orientações normativas dos cidadãos. Os estudos de cultura política avaliam como essas atitudes e crenças podem influenciar concepções que afetam o envolvimento das pessoas com a vida pública.

Essa cultura política pode ser distinguida, por sua vez, entre atitudes que os cidadãos manifestam em *relação ao sistema político* e aquelas relacionadas *a si mesmos como atores políticos*. O primeiro tipo pode ser traduzido como apoio político, e ao enquadramento multidimensional – apoio a comunidade política, adesão a valores democráticos, satisfação com o funcionamento da democracia, confiança nas instituições e avaliação de atores políticos – proposto por autores como Norris (1999). A participação política, por sua vez, está relacionada a esse segundo tipo de orientações que os cidadãos manifestam em relação a si mesmos como atores políticos, e que também inclui o interesse e conhecimento por política (Schmitt-Beck & Voltmer, 2007).

A participação política compreende ações empreendidas pelos cidadãos com o objetivo de influenciar resultados políticos, manifestar demandas, e manter elites políticas responsivas. Um importante indicador de participação é o comparecimento às urnas, além de outras formas de engajamento ligadas à democracia representativa, como a participação em partidos políticos. Outras formas não relacionadas à representação, também são usadas, como o protesto político ou o pertencimento a grupos organizados da sociedade civil.

Não obstante, existe a análise de que o ocidente tem se tornado cada vez mais desiludido com as instituições tradicionais, afastando-se dos partidos políticos, bem como de outras formas mais tradicionais de participa-

ção (Putnam, Pharr e Dalton 2000; Dalton 1999). Nos Estados Unidos, a mudança de gerações teria minado a participação massiva em associações voluntárias e reduzido o capital social (Putnam, 2000).

Nesse contexto, o avanço das novas tecnologias ganham outro relevo ao, potencialmente, renovar os repertórios de participação. As mídias digitais têm a capacidade de reduzir os custos de participação em termos de tempo e esforço, facilitando também a comunicação a longas distâncias. Por outro lado, a internet também fornece formas originais de participação, criando novos canais entre os cidadãos e organizações da sociedade civil ou entre cidadãos e as próprias autoridades políticas. Esses meios se constituem também como oportunidades mais amplas de influir na vida pública, já que se caracterizam por formas não-hierárquicas, em especial a partir de plataformas que permitem maior interação (Jensen & Anduiza, 2012)

2. INTERNET E DEMOCRACIA

O potencial das novas tecnologias, em especial a Internet, sem dúvida permitiu ao cidadão comum a expressão de suas opiniões para um público maior, ao mesmo tempo em que forneceram mais instrumentos de mobilização. Exemplo da utilização das novas tecnologias para esse fim foi o forte movimento que se seguiu aos ataques terroristas na Espanha em 2004, com a uso desses novos recursos, criando uma dinâmica de desobediência civil pacífica (Luengo, 2010). As redes sociais também foram acionadas como instrumento de mobilização nos países da chamada primavera árabe em 2011 (Norris, 2012). No Brasil, a campanha da “Ficha Limpa” – que propôs uma lei para melhorar o perfil dos candidatos a cargos eletivos, prevenindo que condenados por crimes fossem eleitos – foi ativa na internet, ao usar a mídia digital para recolher assinaturas pela proposta legislativa. O objetivo foi atingido e, após pressão da sociedade, acabou sendo aprovado pelo Parlamento (Welp & Wheatly, 2012; Santos, capítulo 8).

A internet é vista como meio que pode servir para informar, organizar e engajar os indivíduos mais marginalizados do sistema político existente, devido a custos reduzidos de informação e comunicação que – ao

menos potencialmente – removeria alguns dos desincentivos da participação política (Norris, 2002). Por outro lado, há também a perspectiva de que o engajamento pela internet pode influenciar modos mais tradicionais de participação, como a eleitoral, potencialmente aumentando o interesse pela política, mesmo para aqueles mais desinteressados. Nos EUA, o mecanismo seria a de uma mobilização política acidental, onde campanhas políticas na rede poderiam eventualmente mobilizar o público a ser mais interessado por política e a votar (Hamilton & Tolbert, 2012). Já na Espanha, análise semelhante verificou que são as formas não representativas de participação – como o protesto político – as que são fomentadas pelo uso da internet (Cantijoch, 2012). Além disso, outro impacto positivo seria sobre o interesse por política e a eficácia política. Não sendo esse impacto homogêneo em diversos países, sugere-se haver a interferência de fatores culturais, institucionais e socioeconômicos (Colombo, Galais & Gallego, 2012).

Mesmo uma perspectiva mais cética prevê que os meios eletrônicos constituem, ao menos, um recurso adicional que reforça o ativismo daqueles grupos já com maior engajamento no sistema (Margolis & Resnick, 2000). Nesse sentido, algumas análises que buscam compreender o sentido da causalidade entre uso da internet e engajamento político encontraram indícios de que grande parte dessa correlação pode ser atribuída a níveis prévios de participação (Kroh & Neiss, 2012). Esse aspecto, por outro lado, poderia se constituir em um problema, aprofundando a diferença entre os que têm recursos para participar e os que não têm (Best & Krueger, 2005; Norris, 2002).

Estudo comparado entre Estados Unidos e Espanha avaliou que os determinantes dos modos de engajamento pela internet e por outras formas de participação mais convencionais diferem nos dois países. Enquanto na Espanha há semelhança entre os fatores ligados às duas formas de participação – maior status socioeconômico e educacional – o mesmo não acontece nos EUA. Os estadunidenses que participam *on-line* não são necessariamente os que possuem recursos cognitivos fornecidos por um maior nível educacional, e que se correlaciona com vias mais tradicionais de participação. De maneira distinta à mobilização *off-line*, essa nova modalidade de participação vem acompanhada de melhores habilidades es-

pecíficas com o uso da tecnologia: os mais conectados tecnologicamente são também mais participativos digitalmente no caso dos Estados Unidos (Jensen & Anduiza, 2012).

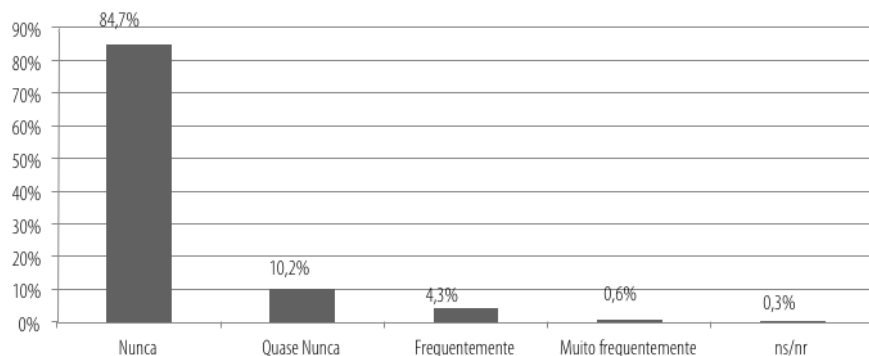
O estudo dos impactos políticos da internet no Brasil ainda encontra-se em estágio exploratório. O uso da internet, assim como a exposição a outros meios de comunicação, mostrou-se associar positivamente ao engajamento cívico. Tanto a eficácia e interesse por política – bem como a participação – mostraram estar positivamente associados ao uso da mídia digital (Mesquita, capítulo 3). Também há indícios de que a nova tecnologia apresenta-se como recurso adicional dos que têm mais conhecimento e informação, mas por outro lado aumentando a possibilidade de inclusão na política de outros segmentos da população dela afastados, em especial os mais jovens (Schlegel, 2009). Assim, ainda que o uso da internet reforce a posição dos já incluídos, apresenta-se como recurso de oportunidades para outros setores sociais.

No Brasil, ainda que o acesso à internet tenha aumentado, os índices de participação através deste recurso são baixos. Apenas 4,3% afirmam utilizar este meio para participar frequentemente, enquanto 10,2% quase nunca o utilizam (Gráfico 1). Ainda que baixo, este número não difere dos níveis de participação do Brasil por outros meios (ver discussão em Vieira, Fernandez e Mesquita, capítulo 4).

Entretanto, ao avaliar o potencial da Internet como forma de participação, os dados confirmam a avaliação mais otimista da literatura internacional.³ Entre as ações que as pessoas afirmam ser mais eficientes para influenciar decisões do governo, organizar protestos e manifestações de rua aparece em primeiro lugar, com 23,3%. Se juntarmos “mobilizar as pessoas pela internet” com “participar de ações políticas pela internet”, 20,4% das pessoas avaliam que as novas tecnologias são mais eficientes para impactar as decisões governamentais (Gráfico 2). É um número expressivo se considerarmos que os meios digitais estão ainda em desenvolvimento no país.

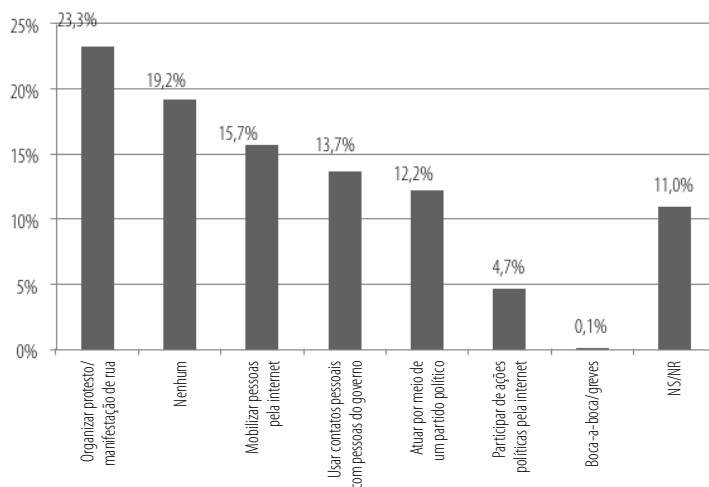
3 Ver também Santos, capítulo 8.

Gráfico 1. Participação através da Internet



Fonte: “Brasil, 25 anos de Democracia” (2014).

Gráfico 2. Ação mais eficiente para influenciar nas decisões do governo



Fonte: “Brasil, 25 anos de Democracia” (2014).

Dessa forma, é relevante explorar não só os impactos do uso da internet sobre o engajamento cívico, mas de maneira mais específica, a *participação on-line*. Assim, o objetivo desse artigo é avaliar o potencial da participação através da internet. Quem participa pela internet? Há diferenças entre os determinantes da participação *on-line* com os determinantes da *off-line*? Por outro lado, se quer saber se há dicotomia entre participação e repre-

sentação, no caso da internet. Indivíduos que participam usando as novas tecnologias são cidadãos críticos que rejeitam as formas representativas tradicionais de engajamento cívico ou utilizam a web como um recurso adicional? Participar pela internet tem impacto sobre as percepções dos cidadãos das instituições democráticas representativas?

Tendo em vista os estudos exploratórios já existentes sobre o perfil do internauta brasileiro anteriormente citados, as hipóteses são:

- H1: O perfil daqueles que participam pela internet é semelhante ao da participação *off-line*, exceção feita a uma maior participação dos jovens no caso do engajamento *on-line*.
- H2: Há diferença nas percepções dos engajados *on-line* e *off-line* a respeito das instituições democráticas. Aqueles que participam pela internet são mais críticos que os que participam das formas mais tradicionais de engajamento cívico.

3. ANÁLISE DOS DADOS

Para realizar esta análise, as nossas variáveis de interesse – i.e., os diferentes tipos de participação – foram trabalhadas como binárias⁴. A *participação pela internet*; a *participação em conselhos locais e/ou orçamento participativo* (OP); o *trabalho para um candidato e/ou partido político*; a *participação em manifestação e assinar abaixo assinados* foram as cinco variáveis utilizadas.

Primeiro avaliamos o efeito de fatores socioeconômicos (sexo, escolaridade, renda e idade) tanto sobre a participação *on-line* quanto sobre todos os tipos de participação *off-line*. Aqui o interesse não é identificar todos os determinantes que levam os indivíduos a participarem das diversas formas de engajamento cívico, mas sim analisar se certas variáveis socioeconômicas têm um efeito diferenciado (ou não) sobre tais modalidades e, logo, se conformam perfis diferenciados (ou semelhantes).

4 O tratamento de todas as variáveis, tanto dependentes como independentes, é detalhado no apêndice.

A Tabela 1 relata os resultados da regressão logística⁵ das variáveis socioeconômicas cujos efeitos sobre os tipos de participação resultaram estatisticamente significativos. O teste indica, como esperado, que as pessoas que *participam pela internet* são aquelas com nível de educação mais alto. Em particular, os respondentes que possuem ensino universitário são quase 10 vezes mais propensos a participarem se comparados às pessoas com até quarta série do ensino fundamental. Em relação à renda, não há um padrão definido. Ter renda entre R\$1448 e R\$3620 diminui a probabilidade de participar se comparado aos que ganham até R\$1448, porém já sobre os estratos superiores não encontrou-se nenhuma relação, pois não têm influência estatisticamente significativa na variável dependente.

Tabela 1. Regressão Logística

Perfil da Participação Política On-line e Off-line									
	Abaixo assinado			Manifestação			Internet		
	Odds Ratio	S.E.	Sig.	Odds Ratio	S.E.	Sig.	Odds Ratio	S.E.	Sig.
Escolaridade (Até 4a Série)									
Até 8a Série	1,032	0,239	0,891	0,806	0,416	0,676	2,090	1,827	0,399
Ensino Médio	2,256	0,503	0,000	2,166	0,989	0,091	3,506	2,994	0,142
Universitário	3,004	0,799	0,000	3,436	1,706	0,013	9,856	8,778	0,010
Renda (Até R\$1448)									
R\$1448 a R\$3620	1,473	0,234	0,015	1,366	0,413	0,302	0,258	0,135	0,010
R\$3620 a R\$14480	1,978	0,475	0,004	0,780	0,370	0,600	0,503	0,310	0,266
Acima de R\$14480	13,396	14,522	0,017				1,034	1,235	0,978
Idade (16 a 24 anos)									
25 a 34	1,965	0,447	0,003	0,564	0,220	0,142	1,998	1,249	0,268
35 a 44	2,118	0,507	0,002	1,072	0,395	0,851	1,492	1,040	0,566
45 a 59	2,755	0,640	0,000	0,451	0,202	0,076	1,335	0,938	0,681
60 ou mais	2,257	0,614	0,003	0,963	0,438	0,935	0,808	0,751	0,819
Sexo (Homem)	1,097	0,157	0,518	2,436	0,673	0,001	4,272	2,067	0,003

Fonte: “Brasil, 25 anos de democracia”, NUPPs/USP (2014).

A participação *on-line* tem maior peso masculino. Os homens são mais de quatro vezes mais propensos a participarem através da internet do que as mulheres. Quanto à idade, se bem partimos da hipótese de que as pesso-

5 A análise inferencial foi realizada usando regressão logística, uma vez que é a modalidade mais adequada para tratar variáveis dependentes binárias.

as mais jovens tenderiam a participar em maior medida através da internet, não foi encontrada nenhuma associação significativa entre participação *on-line* e idade.

No modelo para a *participação em manifestações*, de modo semelhante ao que acontece na participação pela internet, a educação também é um preditor significativo, pois respondentes com nível de educação universitário tem quase quatro vezes mais probabilidade de participar nesta atividade, e respondentes com ensino médio são mais de duas vezes mais propensos a participarem, ambas as categorias comparadas com respondentes com até quarta série.

Em relação a idade, as pessoas de 45 a 60 anos são menos propensas a participarem em manifestações, se comparadas à faixa etária mais jovem, o que é de certa maneira esperado. Finalmente, do mesmo modo que para a participação *on-line*, ser homem aumenta quase três vezes a probabilidade de participar nesta modalidade. Ainda que essa modalidade de participação caminhe no mesmo sentido em relação à educação (particularmente no que diz respeito ao ensino universitário) e sexo, o peso destas variáveis é maior na participação *on-line*.

A *participação em abaixo-assinados* é o tipo de participação *off-line* mais frequente. Entretanto, esta variável também inclui petições pela internet, o que a torna menos robusta para comparar com a participação *on-line*. Mais uma vez, a educação é um bom preditor, já que indivíduos com ensino médio são mais de duas vezes mais propensos a participarem – e com ensino universitário três vezes mais – em relação às pessoas com grau de instrução até quarta série do ensino fundamental.

A renda também diz algo sobre o perfil de pessoas que participam nesta atividade, pois se compararmos com indivíduos cuja renda é de até R\$1448, aqueles com renda entre R\$1448 e R\$3620 e aqueles cuja renda é de R\$3620 a R\$14480 têm mais probabilidade de participar, embora a diferença não seja tão relevante como no estrato superior a R\$14480, cuja probabilidade de participação aumenta em mais de 13 vezes se comparado ao estrato inferior. Por fim, no que diz respeito à idade, os respondentes de todas as faixas etárias superiores são mais propensos a participarem do que jovens de 16 a 24 anos, não havendo muito contraste entre tais categorias.

Diferentemente dos outros tipos de participação, aqui não encontrou-se relação entre sexo e participação em abaixo assinados.

O modelo para a *participação em conselhos ou orçamento participativo* não apresentou nenhuma variável independente cuja influência na variável explicativa fosse estatisticamente significativa. De modo semelhante, o modelo para as *atividades partidárias* também não comprovou nenhuma associação, com exceção de apenas um estrato educacional. Aqueles com ensino médio são quase oito vezes mais propensos a participarem do que as pessoas que frequentaram até a quarta série.

Em síntese, o perfil daqueles que participam pela internet tende a se caracterizar por serem pessoas com alto nível de escolaridade e predominantemente homens. Já o perfil dos que participam *off-line* repete esse mesmo padrão em relação à variável de educação (no caso da manifestação e dos abaixo-assinados), e em relação a maior participação dos homens em detrimento das mulheres (no caso da manifestação). A renda não é um preditor significativo para todos os tipos de participação. Esta variável demonstrou impactar (positivamente) apenas a participação em abaixo assinados e só para uma faixa de renda da participação *on-line*.

Os dados aparentemente demonstram não haver um perfil diferenciado entre a participação *on-line* e as outras modalidades *off-line* de engajamento cívico, o que significa que a internet não necessariamente tem emergido – por enquanto – como uma nova porta para incluir aos “desengajados de sempre”. Pelo contrário, apesar de os perfis de quem participa *on-line* e *off-line* caminharem no mesmo sentido, há diferenças que contribuem para o aprofundamento do *gap* entre os ativos e inativos: o perfil de quem participa pela internet tem ainda mais educação formal e é mais masculino do que quem participa de outras modalidades.

Assim, a confirmação da hipótese inicial de que não há um perfil diferenciado entre quem participa *on-line* e quem participa *off-line* – com exceção da idade – se comprova apenas em parte. Por um lado, não há diferença no que diz respeito à direção do impacto dos condicionantes socioeconômicos. Por outro lado, há sim uma diferença na magnitude desse impacto, já que no perfil de quem participa *on-line*, alguns desses condicionantes são mais acentuados.

Para testar a segunda hipótese, isto é, analisar se há alguma relação entre a participação através da internet e as percepções acerca das instituições democráticas representativas, foram conduzidos testes chi quadrado⁶. Para nos aproximar de tais percepções trabalhamos com variáveis que medem a confiança dos indivíduos acerca de quatro instituições democráticas: congresso, judiciário, governo e partidos políticos. A fim de avaliar a adesão normativa à democracia incluímos uma variável de opinião acerca de a “democracia ser sempre melhor do que qualquer outra forma de governo, se tanto faz que o governo seja uma democracia ou uma ditadura, e se em certas circunstâncias é melhor uma ditadura do que um regime democrático”. Ainda, trabalhamos com mais duas variáveis sobre a opinião das pessoas sobre a possibilidade de existir uma democracia sem partidos políticos e sem congresso nacional. Todas as quatro variáveis foram tratadas como binárias.

Como poderia se esperar, as pessoas ativas em partidos políticos ou que trabalham para candidatos são as que mais confiam nas instituições representativas. Apenas 17,95 % não confiam no *governo*, diferença ampla se comparada aos que participam em manifestações, já que destes, os que não confiam somam 41,61 % (Tabela 2). Ainda que se pretendesse avaliar as diferenças entre estes tipos de participação e a participação pela internet, os resultados desta última (26,74 % não confiam) não foram significativos.

Os internautas são os menos confiantes no *judiciário*, uma vez que 12,8 % não confia nesta instituição. De novo, os que participam em atividades político-partidárias são os que mais confiam (apenas 3,85 % não confia), embora a diferença entre um e outro tipo de participação não seja tão grande. O mesmo acontece com a confiança no *congresso*: 84,62 % dos que participam em atividades partidárias diz confiar no Congresso, contra 80,23 % dos internautas que afirma o mesmo.

6 A escolha deste teste se deve a que, como as pesquisas que envolvem o uso da internet e o comportamento político ainda são exploratórias, preferimos ser parcimoniosos e não atribuir a priori uma direção de *causalidade*, optando por avaliar *associação* entre as variáveis de interesse.

Tabela 2. Testes Qui Quadrado

Confiança nas Instituições Representativas e Tipos de Participação						
	Confiança no Governo			Confiança no Judiciário		
	Não confia	Confia	Total	Não confia	Confia	Total
ON-LINE						
Não participa	31, 71 (599)	68,29 (1290)	100 (1889)	21, 94 (411)	78, 06 (1462)	100 (1873)
Participa	26, 74 (23)	73, 26 (63)	100 (86)	12, 8 (11)	87, 2 (75)	100 (86)
	Pearson chi2(1) = 0.9401 Pr = 0.332			Pearson chi2(1) = 4.0755 Pr = 0.044		
Manifestação						
Não participa	30, 51 (555)	69, 49 (1264)	100 (1819)	21, 67 (391)	78, 33 (1413)	100 (1804)
Participa	41, 61 (62)	58, 39 (87)	100 (149)	22, 82 (34)	77, 18 (115)	100 (149)
	Pearson chi2(1) = 7.8833 Pr = 0.005			Pearson chi2(1) = 0.1059 Pr = 0.745		
Conselhos/OP						
Não participa	31, 87 (609)	68, 13 (1302)	100 (1911)	22, 06 (418)	77, 94 (1477)	100 (1895)
Participa	19, 74 (15)	80, 26 (61)	100 (76)	9, 21 (7)	90, 79 (69)	100 (76)
	Pearson chi2(1) = 4.9935 Pr = 0.025			Pearson chi2(1) = 7.1310 Pr = 0.008		
Político-partidária						
Não participa	31, 99 (611)	68, 01 (1299)	100 (1910)	22, 33 (423)	77, 67 (1471)	100 (1894)
Participa	17, 95 (14)	83, 05 (65)	100 (78)	3, 85 (3)	96, 15 (75)	100 (78)
	Pearson chi2(1) = 8.1701 Pr = 0.004			Pearson chi2(1) = 15.1189 Pr = 0.000		
	Confiança nos Partidos Políticos			Confiança no Congresso		
	Não confia	Confia	Total	Não confia	Confia	Total
ON-LINE						
Não participa	46, 53 (879)	53, 47 (1010)	100 (1889)	32, 92 (615)	67, 08 (1253)	100 (1868)
Participa	29, 07 (25)	70, 93 (61)	100 (86)	19, 77 (17)	80, 23 (69)	100 (86)
	Pearson chi2(1) = 10.1057 Pr = 0.001			Pearson chi2(1) = 6.5023 Pr = 0.011		
Manifestação						
Não participa	45, 27 (823)	54, 73 (995)	100 (1818)	32, 07 (577)	67, 93 (1222)	100 (1799)
Participa	50, 33 (75)	49, 67 (74)	100 (149)	35, 57 (53)	64, 43 (96)	100 (149)
	Pearson chi2(1) = 1.4245 Pr = 0.233			Pearson chi2(1) = 0.7691 Pr = 0.381		
Conselhos/OP						
Não participa	46, 41 (887)	53, 59 (1024)	100 (1911)	32, 80 (620)	67, 20 (1270)	100 (1890)
Participa	30, 26 (23)	69, 74 (53)	100 (76)	17, 10 (13)	82, 90 (63)	100 (76)
	Pearson chi2(1) = 7.6822 Pr = 0.006			Pearson chi2(1) = 8.2484 Pr = 0.004		
Político-partidária						
Não participa	46, 54 (889)	53, 46 (1021)	100 (1910)	32, 93 (622)	67, 07 (1267)	100 (1889)
Participa	28, 20 (22)	71, 80 (56)	100 (78)	15, 38 (12)	84, 62 (66)	100 (78)
	Pearson chi2(1) = 10.1526 Pr = 0.001			Pearson chi2(1) = 15.1189 Pr = 0.000		

Fonte: “Brasil, 25 anos de democracia”, Nupps/USP (2014).

Nota: Os resultados estão expressos em porcentagens. Os valores absolutos encontram-se entre parêntese.

Se bem faria sentido esperar o mesmo padrão em relação à confiança nos *partidos políticos*, não há grandes diferenças entre os diferentes tipos de participação. Pessoas que participam pela *internet*, em *conselhos ou OP* e em *atividades partidárias* confiam nesta instituição 70,93 %, 69,74 % e 71,80 % respectivamente. Já os que participam em *conselhos ou orçamento participativo* estão em um nível intermediário, isto é, nem muito confiantes nem muito desconfiados: destes 19,74 % não confiam no governo e 9,21% não confiam no judiciário.

Em síntese, as pessoas que participam em atividades partidárias são as que mais confiam em todas as quatro instituições representativas, ao passo que os menos confiantes são os ativos através da internet, tanto em relação ao judiciário quanto ao congresso, o que confirma a hipótese de que quem participa *on-line* é mais crítico das instituições. Os ativos em manifestações, forma de participação não convencional, do mesmo modo que os internautas, também vão em direção oposta aos partidários no que diz respeito à confiança no governo, uma vez que conformam o grupo que menos confia nesta instituição.

Ainda que estes resultados sugiram que há diferença nas percepções dos engajados *on-line* e *off-line* a respeito das instituições democráticas, deve ser levada em conta a modalidade de participação *off-line* com a qual se está comparando. Aqueles que participam pela internet confiam menos nas instituições se comparados aos que participam em atividades político-partidárias e até dos que participam em conselhos ou OP, tipos de participação mais ligados à dinâmica e estrutura do sistema representativo. Já se a comparação for realizada com a participação em manifestações, dissipa-se a diferença. São os ativos em manifestações os mais críticos, pelo menos no que diz respeito à confiança nas instituições. Sendo a participação em manifestações uma forma contenciosa de ativismo político, essa diferença é esperada.

Outra leitura que pode ser feita a partir dos dados apresentados na Tabela 2 é se participar em cada uma destas formas de engajamento cívico aumenta ou diminui a confiança nas instituições. Com exceção das manifestações, a participação nas outras formas de engajamento cívico aumenta consideravelmente a confiança. Acreditava-se que a participação *on-line* apresentaria um padrão diferenciado, porém o comportamento desta variável não difere daquele da participação em conselhos e a participação polí-

tico-partidária. Embora não seja possível avaliar o tamanho dessa diferença devido à natureza deste tipo de análise, é possível dizer que há uma associação positiva entre participação (geral) e confiança, contrariando em parte a nossa hipótese de que participar *on-line* se associaria a maior desconfiança.

Estudos têm demonstrado que a participação *on-line* favorece as atitudes dos indivíduos em relação a si mesmos como atores políticos, como o interesse por política e a eficácia política (Hamilton & Tolbert, 2012; Colombo, Galais & Gallego, 2012). Os resultados aqui em relação à confiança indicam que este tipo de participação também pode favorecer atitudes dos cidadãos em relação ao sistema político, ainda que, aparentemente, de forma não tão diferente do que outras modalidades de participação.

O próximo passo da análise consistiu em realizar o mesmo procedimento, mas dessa vez comparando as associações entre as diversas modalidades de participação e as atitudes individuais em relação à democracia e ao sistema representativo. Considerando a opinião que as pessoas ativas nestes diferentes tipos de participação têm sobre a possibilidade de a democracia funcionar sem congresso (Tabela 3), dentre aqueles *ativos em conselhos ou OP*, 52,22 % acham que a democracia pode funcionar sem tal instituição. Também entre os que participam em *conselhos ou OP*, 64,38 % acreditam que a democracia pode funcionar sem partidos, enquanto que entre os que são ativos através de *abaixo assinados*, a opinião a favor da democracia sem partidos políticos soma 56,68%. (Tabela 3). Em relação a todas as outras modalidades de participação, os testes não foram significantes.

Finalmente, ao avaliar as possíveis diferenças que podem ser encontradas entre os ativos em diferentes tipos de participação e o apoio normativo à democracia (Tabela 4), pode se afirmar que a metade dos internautas acha que a democracia é sempre o melhor sistema (50,60 %), enquanto a outra metade opina que a ditadura pode ser uma alternativa diante de algumas circunstâncias (49,40 %). Mais uma vez, o maior contraste encontra-se com os que participam em atividades *político-partidárias*, se bem que desta vez a associação encontrada seja contraintuitiva: significativos 60,27 % consideram que a ditadura às vezes pode se justificar, contra 39,73 % que defendem que a democracia é sempre a melhor escolha. Por último, das pessoas que participam em *conselhos ou OP*, 56,95 % opinam que a ditadura às vezes pode se justificar.

Tabela 3. Testes Qui Quadrado

Democracia sem Congresso e sem Partidos Políticos e Tipos de Participação						
	Democracia sem congresso			Democracia sem partidos políticos		
	Pode sem	Não pode	Total	Pode sem	Não pode	Total
ON-LINE						
Não participa	52,52 (863)	47,48 (780)	100 (1643)	51,80 (876)	48,20 (815)	100 (1691)
Participa	62,96 (51)	37,04 (30)	100 (81)	54,88 (45)	45,12 (37)	100 (82)
	Pearson chi2(1) = 3.3759 Pr = 0.066			Pearson chi2(1) = 0.2961 Pr = 0.586		
Manifestação						
Não participa	52,561 (831)	47,44 (750)	100 (1581)	51,94 (844)	48,06 (781)	100 (1625)
Participa	54,67 (76)	45,33 (63)	100 (139)	51,05 (73)	48,95 (70)	100 (143)
	Pearson chi2(1) = 0.2292 Pr = 0.632			Pearson chi2(1) = 0.0417 Pr = 0.838		
Conselhos/OP						
Não participa	52,22 (870)	47,78 (796)	100 (1666)	51,34 (879)	48,66 (833)	100 (1712)
Participa	67,14 (47)	32,86 (23)	100 (70)	64,38 (47)	35,62 (26)	100 (73)
	Pearson chi2(1) = 6.0024 Pr = 0.014			Pearson chi2(1) = 4.7690 Pr = 0.029		
Político-partidária						
Não participa	52,46 (873)	47,54 (791)	100 (1664)	51,52 (883)	48,48 (831)	100 (1714)
Participa	60,56 (43)	39,44 (28)	100 (71)	60,56 (43)	39,44 (28)	100 (71)
	Pearson chi2(1) = 1.7924 Pr = 0.181			Pearson chi2(1) = 2.2349 Pr = 0.135		
Abaixo-assinado						
Não participa	52,31(611)	47,69(557)	100 (1168)	49,67(599)	50,33(607)	100 (1206)
Participa	53,83 (295)	46,17(253)	100(548)	56,68 (318)	43,32(243)	100(561)
	Pearson chi2(1) = 0.3460 Pr = 0.556			Pearson chi2(1) = 7.5502 Pr = 0.006		

Fonte: “Brasil, 25 anos de democracia”, NUPPs/USP (2014).

Nota: Os resultados estão expressos em porcentagens. Os valores absolutos encontram-se entre parêntese.

Tabela 4. Testes Qui Quadrado

Adesão Normativa à Democracia e Tipos de Participação			
	Apoio à Democracia		
	Ditadura às vezes	Democracia sempre melhor	Total
ON-LINE			
Não participa	31,55 (543)	68,45 (1178)	100 (1721)
Participa	49,40 (41)	50,60 (42)	100 (83)
	Pearson chi2(1) = 11.5189 Pr = 0.001		
Manifestação			
Não participa	31,94 (529)	68,06 (1127)	100 (1656)
Participa	34,72 (50)	65,28 (94)	100 (144)
	Pearson chi2(1) = 0.4685 Pr = 0.494		

Conselhos/OP			
Não participa	31,22 (544)	68,78 (1198)	100 (1742)
Participa	56,95 (41)	43,05 (31)	100 (72)
Pearson chi2(1) = 20.9274 Pr = 0.000			
Político-partidária			
Não participa	31,11 (542)	68,89 (1200)	100 (1742)
Participa	60,27 (44)	39,73 (29)	100 (73)
Pearson chi2(1) = 2w7.2510 Pr = 0.000			
Abaixo-assinado			
Não participa	32,73(399)	67,27(820)	100 (1219)
Participa	31,06 (178)	68,94(395)	100(573)
Pearson chi2(1) = 0.4963 Pr = 0.481			

Fonte: “Brasil, 25 anos de democracia”, NUPPs/USP (2014).

Nota: Os resultados estão expressos em porcentagens. Os valores absolutos encontram-se entre parêntese.

Enquanto as associações encontradas entre os diversos tipos de participação e confiança foram positivas, os resultados para a valorização da democracia e do sistema representativo foram no sentido oposto. Este resultado foi mais contra intuitivo, já que era de se esperar que a participação – ao menos nas modalidades ligadas ao sistema representativo – estaria associada a uma maior valorização das instituições democráticas como elemento essencial da democracia, além de à adesão à democracia *per se*. Dada a abordagem metodológica mais parcimoniosa adotada, mais testes seriam necessários para se aprofundar o entendimento deste resultado. Em relação à comparação entre a participação *on-line* e a *off-line*, entretanto, onde os testes se mostraram significativos, eles mostraram que os primeiros são mais democratas que os últimos.

BREVES CONSIDERAÇÕES FINAIS

A internet surgiu como uma nova possibilidade de inserção dos indivíduos na vida pública, renovando – ao menos potencialmente – os repertórios de participação política disponíveis aos cidadãos. Não obstante, a literatura a esse respeito é ainda incipiente, refletindo a própria novidade em relação ao fenômeno. Em geral, as pesquisas acerca da participação *on-line* têm se dividido em avaliações mais otimistas em relação ao potencial do novo meio de renovar a participação, ao diminuir os custos de ação dos

cidadãos, e perspectivas mais céticas, que avaliam que os meios eletrônicos seriam apenas mais um recurso, que reforça o ativismo daqueles grupos já com maior engajamento no sistema. Essa segunda perspectiva, alerta que o problema seria o aprofundando da diferença entre os que têm recursos para participar e os que não têm.

Este estudo sugere algumas conclusões preliminares. Em primeiro lugar, a participação *on-line* não apresenta associações diversas daquelas encontradas em relação a outras modalidades mais ligadas ao sistema representativo. Neste sentido, a única forma de participação que apresenta maior singularidade é a em manifestações. Assim, é possível afirmar que os meios eletrônicos estão mais próximos de modalidades tradicionais de participação, do que de formas mais contenciosas. Este resultado para o caso brasileiro segue direção diferente da encontrada em outros países, onde a correlação encontrada foi com formas de participação não ligadas ao sistema representativo, como o protesto político (Cantijoch, 2012). Este resultado confirma a avaliação de que o impacto das mídias digitais não é homogêneo, havendo a interferência de fatores culturais, institucionais e socioeconômicos (Colombo, Galais & Gallego, 2012).

Em segundo lugar, mesmo considerando que as características de quem participa pelos meios digitais seguem a mesma direção das formas mais tradicionais de participação; esta modalidade tem um público ainda mais característico, mais masculino e com maior educação formal. Já a renda, não apareceu como uma variável significativa a esse respeito.

Por outro lado, os dados apontam para um resultado paradoxal. A participação *on-line*, bem como as formas mais tradicionais, ainda que estejam associadas a uma melhor avaliação das instituições (mais confiança), se associaram a uma menor valorização das mesmas instituições como aspecto essencial do regime democrático, bem como a uma menor adesão normativa à democracia. Em que pese esta constatação, a modalidade com maior adesão à democracia foi justamente a *on-line*. Mais estudos seriam necessários para aprofundar esta questão.

Uma nota de cautela deve ser feita em relação à natureza das análises. Sendo o conhecimento do tema ainda incipiente, se adotou uma estratégia mais cautelosa e parcimoniosa em relação ao tipo de análise feita. O objetivo principal era entender, no caso brasileiro, se a natureza da participação *on-*

line seria muito divergente da *off-line*. Neste sentido, em que pese determinadas características mais acentuadas de quem participa pela internet, os dados aqui apresentados sugerem algo semelhante a parte da literatura internacional. Os meios digitais parecem ser um recurso a mais à disposição para o engajamento do cidadão com o sistema.

REFERÊNCIAS

CANTIJOCH, Marta. Digital Media and Off-line Political Participation in Spain. In: JENSEN, Michael; ANDUIZA, Eva; JORBA, Laia [eds]. *Digital Media and Political Engagement Worldwide: a Comparative Study*. Cambridge: CUP, 2012.

COLOMBO, Clelia; GALAIS, Carol; GALLEGRO, Aina. Internet Use and Political Attitudes in Europe. In: JENSEN, Michael; ANDUIZA, Eva; JORBA, Laia [eds]. *Digital Media and Political Engagement Worldwide: a Comparative Study*. Cambridge: CUP, 2012.

DALTON, Russel. Political Support in advanced industrial democracies. In: NORRIS, Pippa (ed.). *Critical Citizens*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

HAMILTON, Allison; TOLBERT, Caroline. Political Engagement and the Internet in the 2008 U.S. Presidential Elections. A Panel Survey. In: JENSEN, Michael; ANDUIZA, Eva; JORBA, Laia [eds]. *Digital Media and Political Engagement Worldwide: a Comparative Study*. Cambridge: CUP, 2012.

JENSEN, Michael; ANDUIZA, Eva. On-line Political Participation in The United States and Spain. In: JENSEN, Michael; ANDUIZA, Eva; JORBA, Laia [eds]. *Digital Media and Political Engagement Worldwide: a Comparative Study*. Cambridge: CUP, 2012.

KROH, Martin; NEISS, Hannes. On the Causal Nature of the Relationship between Internet Access and Political Engagement. Evidence from German Panel Data. In: JENSEN, Michael; ANDUIZA, Eva; JORBA, Laia [eds]. *Digital Media and Political Engagement Worldwide: a Comparative Study*. Cambridge: CUP, 2012.

MOISÉS, J. A. Desafios da Maioridade das Eleições Democráticas. In: MOISÉS, J. A.; MENEGUELLO, R. (Org.). *A Desconfiança Política e os seus Impactos na Qualidade da Democracia O Caso do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2013.

PUTNAM, Robert; PHARR, Susan; DALTON, Russel. Introduction: what's troubling the trilateral democracies?. In: PUTNAM, Robert; PHARR, Susan (eds.) (2000).

PUTNAM, Robert. *Bowling Alone. The Collapse and Revival of American Community*. NY: Simon and Shuster, 2000.

WHELP, Yanina; WHEATLY, Jonathan. The Uses of Digital Media for Contentious Politics in Latin America. In: JENSEN, Michael; ANDUIZA, Eva; JORBA, Laia [eds]. *Digital Media and Political Engagement Worldwide: a Comparative Study*. Cambridge: CUP, 2012.

APÊNDICE – TRATAMENTO DAS VARIÁVEIS

Variáveis dependentes

Codificamos como participação pela internet as respostas de pessoas que disseram participar “Frequentemente” e “Muito frequentemente”. Estes foram codificados como 1; aqueles que “Nunca” ou “Quase nunca” participam foram codificados como 0. Aqueles que indicaram “Não sabe” foram excluídos da análise (codificados como *missings*). Para os outros tipos de participação (participa de conselhos locais/orçamento participativo e trabalha para um candidato ou partido político) o processo foi análogo. Para os outros dois modos de participação *off-line* (participação em manifestação e abaixo assinados) 1 corresponde a “Já fez” e “Poderia fazer” e 0 corresponde a “Nunca faria”. De novo, “Não sabe” foi excluído do modelo.

Variáveis independentes

- *Variáveis sociodemográficas*. Com exceção do gênero, as outras três, i.e., renda, educação e idade foram codificadas como ordinais. A recategorização da variável educação obedeceu à seguinte conformação: a categoria “até 4ª série” inclui analfabetos e pessoas com ensino fundamental até a quarta série (ex-ensino primário) incompleto ou completo; a categoria “até 8ª série” inclui respondentes com ensino fundamental da quinta à oitava série (ex- ginásio), incompleto ou completo; “ensino médio” inclui pessoas que tem o ensino médio (ex- colégio) incompleto ou completo; finalmente, “universitário” abarca respondentes que possuem educação universitária incompleta ou completa, incluindo pós-graduação.
- *Variáveis sobre confiança dos indivíduos acerca de quatro instituições democráticas: congresso, judiciário, governo e partidos políticos*. Todas as quatro foram tratadas como variáveis binárias, onde “Alguma confian-

ça” e “Muita confiança” foram codificadas com 1, e “Nenhuma confiança” e “Pouca confiança” com 0.

- *Variável de apoio normativo à democracia:* As respostas “Tanto faz se o governo é uma democracia ou uma ditadura” e “Em certas circunstâncias, é melhor uma ditadura do que um regime democrático” foram codificadas com 0, enquanto que à “A democracia é sempre melhor do que qualquer outra forma de governo” foi atribuído 1.
- *Variáveis de apoio às instituições democráticas representativas:* de novo, as respostas “Sem Congresso não pode haver democracia” e “Sem Partidos Políticos não pode haver democracia” foram codificadas com 1 e à “A democracia pode funcionar sem Congresso Nacional” e “A democracia pode funcionar sem Partidos” foi atribuído 0. Todos os “Não sabe” e “Não responde” foram excluídos.